

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.355 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 2001

CCJ

Senadores aprofundam análise da cota mínima para negros

PÁGINA 5

CAS

SUS pode passar a oferecer atendimento e internação domiciliar

PÁGINA 11

Limitação de MPs é aprovada e entra em vigor na terça-feira

Medidas provisórias valerão por 60 dias, prorrogáveis por igual prazo. Se ao final desse período a Câmara ou o Senado não tiver concluído a votação, perderão a eficácia e não poderão ser reeditadas

PÁGINA 3



Votação em segundo turno da limitação das MPs registrou 66 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção

Congresso aprova estímulo a investimentos na área energética

PÁGINA 6

Comissão do Código Florestal acolhe proposta do relator

PÁGINA 8

Apesar da decisão da comissão, deve continuar valendo o texto original da medida provisória



O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu ontem o primeiro-ministro de Portugal, António Guterres, que está em visita oficial ao Brasil. Na ocasião, Guterres classificou o Legislativo de "santuário da democracia".

PÁGINA 12

Gilberto Mestrinho deixa o Conselho de Ética

Senador amazonense decidiu se afastar do órgão por problemas de saúde. Seu substituto, Juvêncio da Fonseca, indicado pelo PMDB, já foi aprovado para integrar o colegiado, mas ainda depende de eleição para passar a presidi-lo

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) renunciou à presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. O pedido de renúncia e de desligamento do conselho foi lido na tarde de ontem. Mestrinho justificou que os problemas de saúde que tem enfrentado o levaram a decidir pelo afastamento. Seu substituto deverá ser o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), que já teve seu nome aprovado para integrar o conselho, mas ainda não foi efetivado como presidente.

A indicação de Juvêncio foi feita pelo líder peemedebista, senador Renan Calheiros (AL). Por ter o maior número de senadores, o PMDB tem direito de indicar o pre-

sidente do Conselho de Ética. Mas cabe ao plenário do conselho aceitar ou não a indicação, em eleição que deverá ser convocada até cinco dias após a publicação da renúncia de Mestrinho no *Diário do Senado*, prevista para ocorrer hoje.

O vice-presidente e atual presidente em exercício do Conselho de Ética, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), não descartou a possibilidade de, antes de convocar a



Gilberto Mestrinho explicou que problemas de saúde o levaram a pedir o afastamento

eleição do novo presidente, marcar uma reunião para a comissão especial que está apurando denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), apresentar seu relatório. "Tudo é possível regimentalmente. A partir do momento em que

tenhamos o relatório nas mãos, existindo tempo viável e útil, nós poderemos convocar o conselho para que o relatório seja vota-

do", afirmou.

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), membro do conselho, independente de quem seja o presidente, o processo de apuração das denúncias contra Jader Barbalho vai prosseguir como determina o regimento. Respondendo a repórteres sobre a possibilidade de a renúncia de Mestrinho ter sido uma estratégia para atrasar o andamento das investigações, ela afirmou que "operação-abafa, além de vigarice, é burrice, porque a realidade é implacável e o Senado tem que corresponder ao rigor que a opinião pública quer".

Já o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), também membro do conselho, disse não acreditar na possibilidade da re-

núncia de Mestrinho ser uma estratégia para atrasar as investigações. "Não posso me preocupar com isso nem raciocinar nesses termos, senão teria que ir à tribuna para denunciar", declarou.

Renan Calheiros negou que a renúncia de Gilberto Mestrinho tenha sido uma estratégia para que as investigações se atrasem. Ele lembrou que o PMDB aprovou a requisição dos relatórios do caso Banpará e a criação da comissão especial do Conselho de Ética para apurar as denúncias contra Jader. "O PMDB tem colaborado e vai colaborar. A recomendação que fiz a Juvêncio foi de que, com isenção, independência e autoridade, ele ajude a esclarecer os fatos", completou.

Lobão esclarece permanência do corregedor

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, afirmou que, enquanto não for eleito outro corregedor, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) continua na plenitude do exercício do cargo. Lobão respondia questão suscitada pelo líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), que queria saber se o mandato do corregedor havia expirado.

Lobão citou a resolução que dispõe sobre a corregedoria parlamentar e o Regimento Interno do Senado para explicar que o corregedor é eleito, como os membros da Mesa, para um período de dois anos. Assim, explicou, enquanto não for realizada uma nova eleição para a escolha do seu sucessor, Romeu Tuma continua como corregedor. Ele acrescentou que o mesmo ocorre com os membros da Mesa, que continuam desempenhando suas funções até que uma nova eleição seja realizada para a escolha dos seus substitutos.

Tuma diz que volta de Jader à Presidência do Senado não atrapalhará investigações

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), coordenador da comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), disse ontem que a volta do senador paraense à Presidência não vai interferir no andamento dos trabalhos sobre o caso.

— Ele pode voltar à hora que quiser e isso não pode atrapalhar, em hipótese alguma, o andamento das apurações, porque também é interesse dele (Jader) provar toda a verdade — declarou Tuma.

O senador disse ainda que, apesar de a comissão estar trabalhando para apresentar seu relatório na semana que vem, não vai apressar as etapas em função da possibilidade de Jader Barbalho reassumir a Presidência da Casa. Mesmo porque, salientou, ainda restam algumas diligências a se-



Romeu Tuma reúne-se hoje com técnicos do Banco Central que estão analisando relatórios sobre o caso Banpará

rem realizadas, como a reunião hoje com os técnicos do Banco Central, em São Paulo. Eles estão analisando os relatórios do BC e outro elaborado por Jader sobre o caso Banpará.

Sobre sua viagem a Belém, segunda e terça-feiras passadas, para colher informações a respeito do desvio de recursos do Ban-

pará, Tuma contou que os depoimentos mais importantes não aconteceram, como o do ex-diretor do Banpará Hamilton Guedes e de outros dois prováveis beneficiários dos desvios.

— Algo estranho deve ter acontecido para que eles não tenham comparecido. Os depoimentos eram importantes e eles não tiveram coragem de fazê-los — disse Tuma.

Quanto às notícias de que poderia assumir sozinho a relatoria do processo que poderá vir a ser analisado pelo Conselho de Ética, o senador afirmou:

— O convite é feito pelo presidente do conselho, o senador Geraldo Althoff, e eu não recebi nenhum comunicado sobre isso, mas também não fujo da raia quando recebo uma incumbência.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 2001

Presidente
Senador Edison Lobão (interino)

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR nº 39/01, autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo governo do estado do Ceará com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 37,5 milhões, bem como autoriza o governo do estado do Ceará a contratar a referida operação de crédito, destinando-se os recursos ao financiamento da segunda fase do Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará; PR nº 40/01, autoriza o estado da Bahia a renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, no valor global de R\$ 91,6 milhões, já autorizadas pelas resoluções nºs 68/98 e 71/99, ambas do Senado; PLC nº 20/01, denomina "Rodovia Governador Mário Covas" a BR-101; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 440/01, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 200/00 com os PLS nºs 14/98, 91/00 e 13/01 e com os PLS nºs 657/99 e 32/00, por regulamentar a mesma matéria; e Requerimento nº 459/01, do senador Carlos Patrocínio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 424/99, de sua autoria.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente interino: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovada emenda que acaba com reedição de MP

Com a decisão, medida provisória terá 60 dias de vigência, prorrogável por igual período. Mas, se não for votada ao final dos 120 dias, ela perderá eficácia desde sua edição. Emenda será promulgada na terça-feira, e receberá o número 32

O Plenário do Senado aprovou ontem, definitivamente, a proposta de emenda constitucional que restringe o poder presidencial de editar medidas provisórias (MPs). A decisão significa que essas normas não vigorarão mais por anos seguidos sem que o Congresso sobre elas se manifeste.

Assim que for promulgada a emenda, pelas Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, as MPs passarão a valer por 60 dias. Caso deputados e senadores não terminem a votação da medida provisória até o final de sua vigência, ela ganhará outros 60 dias de duração e terá prioridade sobre outras matérias em discussão. Se ao final de 120 dias a Câmara ou o Senado não tiver concluído a votação, a MP perderá eficácia desde sua edição.

Na votação, foram registrados 66 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção. O presidente interino da Casa, senador Edison Lobão (PFL-MA), anunciou que, no exercício da presidência da Mesa do Congresso, o deputado Efraim Morais convocou sessão para a próxima terça-feira (dia 11), às 12h, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a promulgação da emenda constitu-



A votação da PEC que limita o uso de medidas provisórias pelo Executivo registrou 66 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção

onal, que receberá o número 32.

Atualmente, as MPs têm validade de 30 dias, mas o presidente da República as reedita mensalmente,

estando algumas delas em vigor há mais de seis anos. Na avaliação do senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos parlamenta-

res que relatou a matéria, as atuais sessões conjuntas, sem quórum para votação das MPs, serão substituídas por eficazes e ágeis

sessões separadas da Câmara e do Senado, que logo decidirão sobre as medidas provisórias, para não trancar a pauta.

Amplo debate antecedeu a votação

Vinte senadores se manifestaram ontem a respeito da emenda que limita a edição de medidas provisórias. O líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), disse, com relação ao assunto, que o presidente Fernando Henrique Cardoso inaugurou um novo ciclo de entendimento com o Congresso.

Jucá afirmou que, examinando-se a frequência com que são encaminhadas MPs ao Congresso, percebe-se que seu uso está efetivamente vinculado a situações de emergência, como nas crises econômicas de 1989, 1994 e 1998. Ele sustentou que houve uma tendência decrescente à aplicação de MPs do início para o final da década de 90.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) considerou que o Brasil está diante da mais importante emenda constitucional desde a Assembleia Nacional

Constituinte.

— Nada toca tão pontualmente nas relações de poder do que essa emenda — disse ele, observando que a mudança resulta do amadurecimento institucional e da consolidação da democracia.

Definindo como “infernai” o vaivém enfrentado pela PEC entre as duas Casas do Parlamento, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) reconheceu que a tramitação garantiu qualidade ao texto. Ele afirmou que não é um texto perfeito, mas que permite ao Legislativo sair da cômoda posição de criticar a voracidade legislativa do Executivo.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apontou três problemas na matéria: a perpetuação das MPs em vigor; a omissão do texto a respeito do decreto legislativo; e a questão de saber se o exame da MP começa na Câmara ou no Senado. Na opinião de Rocha, se ini-

ciar-se pela Câmara, haverá sempre problemas no Senado.

Dizendo-se um dos responsáveis pela adoção do instituto da medida provisória, que tem origem no parlamentarismo italiano, o senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que, se a Assembleia Constituinte tivesse aprovado o regime de gabinete, o Brasil não teria enfrentado os impasses criados pelas MPs. Isso porque uma MP rejeitada significaria imediatamente a queda do gabinete.

Freire disse que, da Constituinte para cá, o Congresso tem sido omissivo sobre esse assunto, enquanto o Executivo tem abusado dessa omissão.

— Hoje, estamos cumprindo com nossa obrigação. Boa ou má essa emenda, a partir de sua promulgação, o presidente não vai mais reeditar nenhuma medida provisória — frisou.

Foram assinadas mais de 6 mil MPs desde 1988

A principal alteração imposta pela proposta de emenda à Constituição (PEC) que restringe o uso de medidas provisórias (MPs) pelo Poder Executivo é a proibição das sucessivas reedições que têm caracterizado o instituto. Desde a promulgação da Constituição, em 1988, foram assinadas mais de 6 mil MPs, entre edições e reedições.

O presidente José Sarney editou 147 MPs. No governo Fernando Collor foram editadas 160; na administração Itamar Franco, 505; 2.609 no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique; e quase 2.700 no segundo mandato, em curso. Algumas MPs chegaram a ser reeditadas mais de cem vezes.

A PEC aprovada pelo Senado estabelece que as MPs não vigorarão por mais de 120 dias. Outra modificação é a proibição de

editar MPs para regulamentar artigos da Constituição alterados entre 1º de janeiro de 1995 e a data da promulgação da PEC. Fica proibida ainda a edição de MPs sobre matérias relativas à cidadania, direitos políticos, confisco de dinheiro em contas-correntes e poupança, e matéria fiscal sem que seja cumprido o princípio da anualidade. Também não poderá ser editada medida provisória sobre diretrizes orçamentárias e créditos suplementares ao Orçamento.

Criticadas por juristas e parlamentares de todos os partidos, pelo excesso de poder concedido ao Executivo, as MPs foram criadas durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 e substituíram o antigo decreto-lei, largamente utilizado pelos chefes de Estado durante o regime militar.

Projeto amplia dispensa de educação física

Matéria aprovada pelo Plenário, oriunda da Câmara, beneficia alunos do ensino básico que trabalhem por seis ou mais horas, mesmo informalmente ou sem carteira assinada. Falta ainda exame de redação final para ser enviada à sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que permite ao aluno matriculado no ensino básico (primeiro grau) obter dispensa da prática da educação física se comprovar que trabalha por seis ou mais horas. O projeto, oriundo da Câmara, contou com parecer favorável do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Depois de receber redação final, a matéria será submetida a uma última votação, para depois ser enviada à sanção do presidente da República.

O projeto modifica um dos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), acrescentando mais o item relativo à dispensa da educação física. Atualmente, não precisam praticar educação física os alunos que têm mais de 30

anos, prestam serviço militar, são portadores de doenças que impedem a prática do exercício físico ou têm filhos. A atual lei também dispensa quem frequenta cursos noturnos e provem que trabalham de dia.

Um detalhe: o aluno não precisa trabalhar no mercado formal, com carteira assinada. Basta ele provar que trabalha informalmente para conseguir a dispensa da prática da educação física.

Ao discutir a matéria durante o encaminhamento da votação, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) lembrou que o mesmo projeto faz uma mudança importante: os ajustes ou as exceções à prática da educação física estão voltadas para as condições dos alunos e não do estabelecimento de ensino.



Segundo Emilia Fernandes, medida aprovada visa interesse do aluno, e não da escola

Proposta que modifica Lei de Diretrizes e Bases da Educação teve parecer favorável de Álvaro Dias



Senadores aprovam Convenção Interamericana contra Corrupção

Em regime de urgência, o Senado aprovou ontem o texto final da Convenção Interamericana contra a Corrupção, assinado em Caracas, em 1996. Destinada a combater esse crime no continente, a convenção objetiva promover o desenvolvimento de mecanismos necessários a prevenir, detectar, punir e erradicar a corrupção.

Aprovado com modificações relativas ao vernáculo, o texto retornará ao exame da Câmara. Seu propósito é também promover e regular a cooperação a fim de assegurar eficácia nas ações adotadas contra a corrupção no exercício das funções públicas. O texto tem 28 artigos e estrutura todo um regime de persecução coope-

rativa contra a corrupção.

Antes da votação, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que as atitudes do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), não são condizentes com o decoro e a ética exigidos pelo cargo.

Ele considerou de suma importância que Jader prove sua inocência diante de todas as acusações veiculadas pela imprensa.

Para Suplicy, o exercício da função pública exige conduta transparente, ética e civilizada. Ele sustentou que, enquanto não for concluído o processo de apuração da verdade, não será possível ao senador Jader Barbalho reassumir a presidência da Casa.

Autorizado funcionamento de novas rádios comunitárias

O Plenário aprovou ontem seis decretos legislativos autorizando a execução de serviços de radiodifusão comunitária pelas seguintes instituições: Associação de Radiodifusão Comunitária de Dom Silvério (MG); Associação Cultural Comunitária, de Lagoa Formosa (MG); Associação Comunitária Central, de Araraquara (SP); Associação Assistencial São Sebastião, de Boa Esperança do Sul (SP); Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel, de Tavares (PB); e a Associação Novo Milênio, de São Gabriel da Cachoeira (AM). As matérias vão à promulgação.

Ceará tomará empréstimo para programa de combate à pobreza

O Senado aprovou ontem autorização para que a União preste garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo governo do Ceará com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 37,5 milhões, a serem destinados ao financiamento da segunda fase do Programa de Combate à Pobreza Rural no estado.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que seu voto foi favorável, em face do valor social do projeto, mas enfatizou que o governo do Ceará não cumpriu as exigências da Resolução 78 do Senado, que regulamenta o endividamento de estados e municípios.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), admitiu que a operação de crédito estava fora das especificações da Resolução 78, mas esclareceu que ela

foi incluída, posteriormente, na renegociação da dívida do Ceará com o governo federal.

Também foi aprovada autorização para o estado da Bahia renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, no valor global de R\$ 91,6 milhões, já autorizadas em resoluções anteriores.

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) fez questão de afirmar que o estado cumpriu, rigorosamente, todas as exigências do Banco Central e das resoluções do Senado e reiterou a importância da recuperação da lavoura cacaueira para o estado.

— Vencemos uma etapa importante e esperamos que o governo federal venha a agilizar as providências para que os recursos cheguem aos agricultores baianos o mais brevemente possível — disse.



Ao defender pleito da Bahia, Antonio Carlos Júnior afirmou que estado cumpriu todas as exigências

Emenda que combate trabalho escravo volta à CCJ

Depois de cinco sessões de discussão, retornou ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que manda desapropriar as fazendas onde ficar constatado trabalho escravo. Foi apresentada uma emenda de Plenário, o que exige seu exame pela CCJ.

O projeto, com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), determina que as fazendas onde haja trabalho escravo devem ser confiscadas e incluídas no programa de reforma agrária. Trabalho escravo, na definição do autor, é aquele em que a pessoa, contratada por baixo salário, é obrigada a comprar comida do patrão, não contar com alojamento digno e receber ameaça caso queira deixar o local de trabalho.

Criados cargos para o Ministério Público do DF

O Senado aprovou projeto oriundo da Câmara criando, no Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, dois cargos de procurador de Justiça, 113 de promotor de Justiça e 63 de promotor de Justiça adjunto. A matéria agora vai à sanção presidencial.

O Plenário decidiu que as despesas decorrentes da criação desses cargos correrão por conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Distrito Federal. A iniciativa do projeto foi do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

Suplicy participa de bate-papo na Internet

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) participou ontem de uma sessão de bate-papo com internautas no



Eduardo Suplicy

site www.democracia.com.br. Pessoas de todas as partes do país questionaram o senador sobre as prévias do PT, que serão realizadas em março do próximo ano. A emenda que limita a edição de MPs e a redistribuição de renda também foram assuntos abordados.

Cota para negros recebe parecer favorável

Relatado por Sebastião Rocha, projeto garante à população afro-brasileira 20% das vagas nos empregos públicos e cursos de graduação. José Sarney, autor da proposta, afirma que, “sem acesso à educação, negros estão condenados à segregação”



Quintanilha apresentou parecer favorável ao projeto que beneficia regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

CCJ aprova mais recursos para setor produtivo

Com base em parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC), do senador Ademir Andrade (PSB-PA), que aumenta o percentual de receitas tributárias destinadas ao financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A matéria será agora apreciada pelo Plenário.

A proposta amplia de 3% para 4% o percentual do total da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que a União deve repassar a programas de financiamento do setor produtivo das três regiões.

A PEC modifica o artigo 159 da Constituição, estabelecendo que a distribuição dos recursos será da seguinte maneira: 1% para o Norte, 1% para o Centro-Oeste e 2% para o Nordeste, permanecendo a garantia de se destinar à região do semi-árido metade dos recursos devidos ao Nordeste, ou seja, 1%.

— A importância da iniciativa se deve ao mecanismo de redistribuição de renda que ela pretende ampliar, uma vez que o Produto Interno Bruto (PIB) das três regiões, que sempre foi modesto em relação ao PIB nacional, tem, nos últimos anos, experimentado redução ainda mais severa — diz Quintanilha em seu relatório, lido pelo senador Osmar Dias (sem partido-PR).

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) relatório favorável ao projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que reserva à população negra pelo menos 20% das vagas nos empregos públicos e cursos de graduação e dos contratos do crédito educativo. Atendendo a pedidos, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu prazo de uma semana para os senadores analisarem o relatório de Rocha e, se for o caso, apresentarem emendas ao projeto, que tramita na comissão em caráter terminativo.

— Trata-se de uma proposta que visa estabelecer uma ação afirmativa para a população negra, compreendida como instrumento para a reparação dos agravos de que é historicamente vítima no Brasil. Demonstração de que o Brasil quer reparar essa injustiça racial e social, lutando para aprimorar os direitos humanos — explicou Rocha.

Para justificar a adoção de cotas para a população negra, Sarney apresentou dados mostrando que negros e pardos brasileiros têm renda e nível de escolaridade inferiores aos do restante da população.

— O grave problema é o atraso social, a promoção humana que ficou estagnada, dando aos negros uma posição de marginalidade. A condenação do racismo deve ser acrescida de medidas concretas de promoção da raça negra, que deve participar da liderança do país. Sem acesso à educação, os negros estão con-



Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania têm uma semana para analisar o relatório de Sebastião Rocha e apresentar emendas

denados à segregação — afirma José Sarney.

O relator comparou a situação dos negros à dos deficientes físicos, que têm vagas reservadas nos concursos públicos. Do mesmo modo, Rocha lembrou que a legislação assegura que 30% das candidaturas às eleições proporcionais sejam de mulheres.

INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Os senadores da comissão aprovaram parecer da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) à proposta de emenda à Constituição (PEC), do senador Moreira Mendes (PFL-RO), determinando que documentos enviados às Mesas da Câmara e do Senado por ministros, por força de requerimento de informações, devem ser classificados pelas autoridades cedentes quanto ao

sigilo do conteúdo.

Pelo substitutivo apresentado, as informações podem ser definidas como secretas, confidenciais ou reservadas. Além disso, a PEC determina que, caso o sigilo da informação não seja mantido, o infrator estará sujeito a uma pena por crime de responsabilidade.

POLÍCIA DO SENADO

Foi aprovado ainda parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável ao projeto de resolução da Comissão Diretora que cria a Polícia do Senado Federal. O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou voto em separado contrário à proposta, por acreditar que o projeto é inconstitucional e por ser contrário à possibilidade de os agentes de segurança da Casa andarem armados. A matéria será discutida

agora pelo Plenário.

Apesar de contar com relatório favorável do senador José Agripino (PFL-RN), foi rejeitado pela CCJ, em caráter terminativo, projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) determinando que a Justiça Eleitoral oferecesse apoio necessário aos partidos políticos que optassem pela realização de prévias para escolher seus candidatos a cargos majoritários.

Para a maioria dos senadores da comissão, a proposta de Suplicy implica intromissão na vida partidária, o que é vedado pela Constituição. Durante o debate sobre a matéria, Freire argumentou que a Justiça Eleitoral já vem colaborando nas prévias dos partidos que fazem a solicitação, o que faz com que a proposta seja, na sua opinião, desnecessária.

Comissão de Justiça acata projeto que regulamenta o seguro-garantia

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em turno suplementar, substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ao projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que regulamenta o seguro-garantia. De acordo com o relator, a proposição inova em relação às normas em vigor, ao permitir que o seguro-garantia seja utilizado como modalidade de cau-

ção, de modo a garantir a dívida, evitando o arresto de bens do devedor.

Além de introduzir a mudança, o novo texto permite que o seguro-garantia seja alternativa ao pagamento ou à nomeação de bens à penhora, no processo de execução por quantia certa contra devedor solvente. Também estabelece que essa modalidade de seguro servirá como garantia de execução de dívida ativa da Fa-

zenda Pública. A matéria foi aprovada em caráter terminativo e, se não houver recurso de no mínimo nove senadores para que seja submetida ao Plenário, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Também em turno suplementar, a CCJ aprovou definitivamente projeto de lei do senador Edison Lobão que define mecanismos de prevenção e repressão à falsificação de obras de arte visuais.



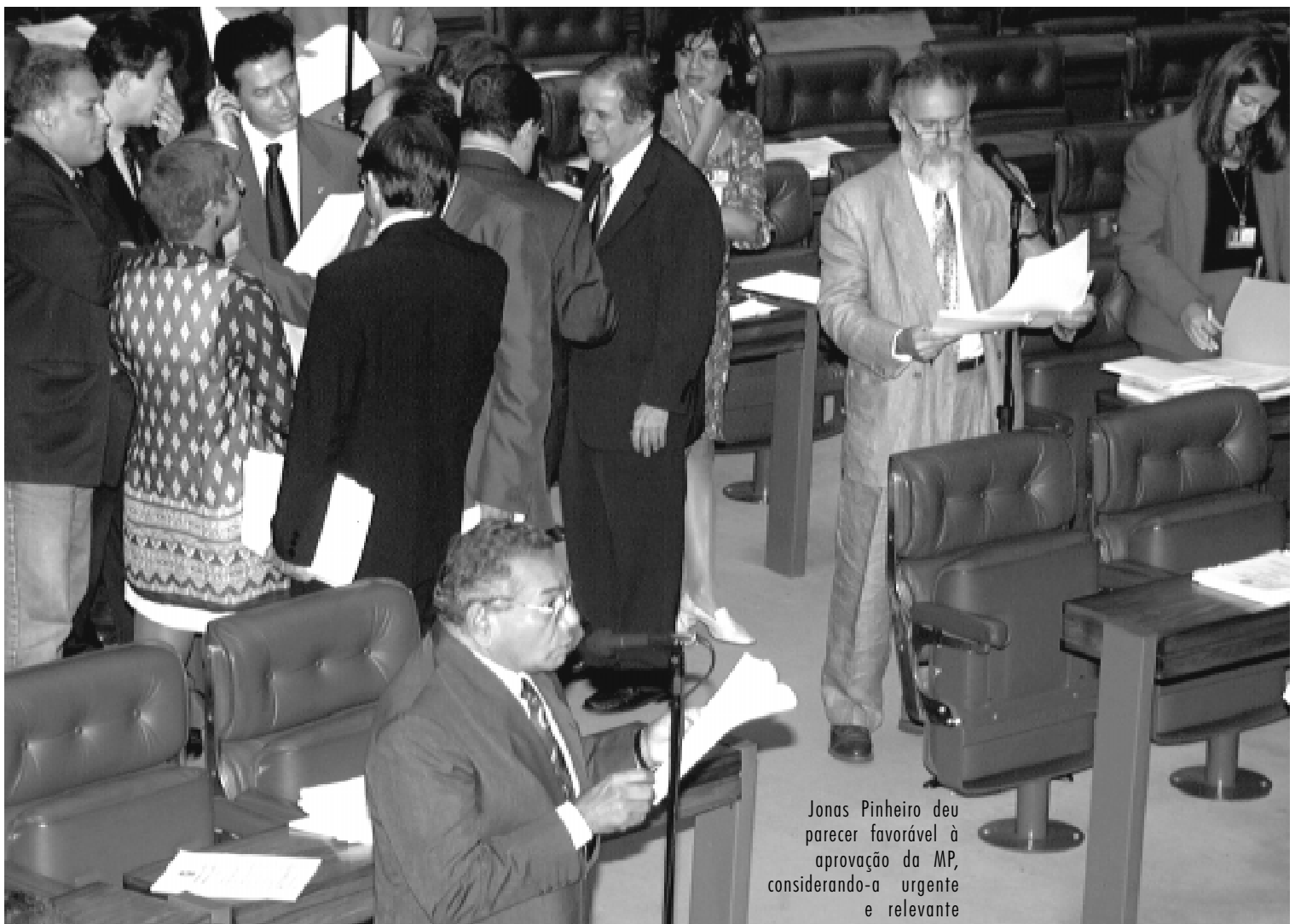
Edison Lobão é autor da proposta, que permite a utilização do seguro-garantia como caução

Em sessão realizada na manhã de ontem, o Congresso Nacional aprovou um total de seis medidas provisórias e nove projetos de lei promovendo uma série de mudanças nas políticas públicas, que vão desde a criação de incentivo à instalação de termelétricas, a definição de recursos para investimento em novos programas de geração e distribuição de energia elétrica, até medidas que atenuam os efeitos de greves em setores vitais como os de polícia e de apoio a populações carentes. Entre as medidas, destaca-se também o apoio às exportações, por meio de redução da carga tributária sobre insumos utilizados na produção. Foi ainda aprovada a abertura de créditos suplementares ao Orçamento da União deste ano, de quase R\$ 2 bilhões, beneficiando vários ministérios.

Congresso aprova MP para viabilizar termelétricas

O Congresso Nacional aprovou ontem a medida provisória (MP) que autoriza os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e de Minas e Energia, José Jorge, a criarem mecanismo de compensação que torne viável a manutenção de preços constantes para o gás natural, pelo período de um ano, para as usinas termelétricas que entrem em efetiva operação comercial até 30 de junho de 2003. Com o novo mecanismo, o governo espera estimular a instalação de usinas termelétricas no país e elevar a oferta de energia elétrica a médio prazo. A MP será agora promulgada.

Ao apresentar parecer favorável à MP, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou que a crise de energia torna a medida urgente e relevante, propiciando às empresas que investirem no setor uma espécie de seguro contra flutuações cambiais. Como os preços do gás natural são fixados em dólar, as empresas temem investir em termelétricas movidas a esse combustível sem disporem de tarifas compatíveis com a cobertura dos gastos.



Jonas Pinheiro deu parecer favorável à aprovação da MP, considerando-a urgente e relevante

Autorizados créditos extraordinários

Com o objetivo de acelerar os investimentos no setor de geração e distribuição de energia elétrica, o Congresso Nacional aprovou em sua sessão de ontem medida provisória (MP) que abre crédito extraordinário no Orçamento de Investimentos deste ano no valor de R\$ 1,145 bilhão em favor do grupo Eletrobrás. Os investimentos vão ser aplicados em projetos em praticamente todas as regiões do país.

O Congresso aprovou também MP que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 35,598 milhões ao Ministério de Minas e Energia. Os recursos serão utilizados na intensificação de ações relacionadas com a fiscalização de concessionárias de energia elétrica, na promoção de

campanha educativa com vistas à redução do consumo e na realização de estudos destinados à elaboração de projetos que elevem a capacidade de oferta do setor.

Fora da área energética, também foi aprovada abertura de crédito extraordinário de R\$ 484 milhões para os ministérios da Agricultura e do Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e da Saúde, beneficiando vários projetos sociais, entre eles alguns de combate à seca, distribuição de cestas de alimentos, assistência financeira a famílias de baixa renda, combate a incêndios florestais, defesa civil e saneamento básico.

Foram aprovados ainda vários projetos de lei abrindo créditos

suplementares: de R\$ 57 milhões para a Presidência da República; R\$ 916 mil para o Ministério da Previdência e Assistência Social; R\$ 4,99 milhões para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; R\$ 27,8 milhões para o Ministério da Integração Nacional; R\$ 8,145 milhões para o Ministério dos Transportes; R\$ 91,136 milhões para reforço orçamentário a diversos órgãos do Poder Executivo, entre eles o Ministério da Defesa; e R\$ 11,875 milhões para o Ministério da Fazenda, destinados à compra de computadores para o Banco Central. As MPs aprovadas pelo Congresso irão à promulgação e os projetos de lei à sanção presidencial.

Comissão terá mais prazo para analisar crise de energia elétrica

O Congresso Nacional aprovou, na sessão de ontem, requerimento que solicita a prorrogação até o dia 30 de novembro do prazo estipulado para o encerramento dos trabalhos da comissão mista instituída para estudar as causas da crise no abastecimento de energia no país e para propor alternativas ao seu equacionamento. A comissão foi instalada no dia 31 de maio e tinha prazo até 29 de setembro para aprovar seu relatório final.

A comissão é presidida pelo deputado Antonio Cambraia (PSDB-CE), tendo na vice-presidência o senador Paulo Souto (PFL-BA). Já foram realizadas diversas audiências públicas, ouvindo autoridades do governo ligadas ao setor de energia elétrica e de petróleo, especialistas no assunto e acadêmicos, destacando-se, entre eles, os professores Luiz Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP); e Bautista Vidal, da Universidade de Brasília (UnB).

Convênios da União com estados podem reduzir riscos nas greves de policiais

A União poderá firmar convênios com os estados, para que estes, em caráter emergencial e provisório, utilizem servidores públicos federais, ocupantes de cargos congêneres e de formação técnica compatível na execução de atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Medida provisória nesse sentido foi aprovada ontem pelo Congresso Nacional. A MP, que vai à promulgação, visa

minimizar efeitos danosos à população causados por greves em setores essenciais, como é o caso das polícias civil e militar. Pela MP, que prevê a assinatura de convênios para suprir emergências, consideram-se atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública o policiamento ostensivo; o cumprimento de mandados de prisão; o cumprimento de alvarás

de soltura; os que envolvam risco de vida; os serviços relativos a presos; a guarda, vigilância e custódia de presos; os serviços técnicos periciais, qualquer que seja sua modalidade; e o registro de ocorrências policiais.

O Congresso aprovou também projeto de lei destinando R\$ 53,2 milhões de crédito suplementar para reforço de dotações orçamentárias do Minis-

tério da Justiça. Os recursos destinam-se ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), para a execução de projetos de construção e aparelhamento de estabelecimentos penais, incluindo a desativação do Complexo do Carandiru, em São Paulo, e a criação de 7.500 novas vagas, com a construção de novos estabelecimentos prisionais naquele estado.



MP que prevê medidas para enfrentar greves de policiais foi aprovada pelo Congresso

Exportadores terão novo estímulo a partir do próximo ano

A medida provisória que determina o ressarcimento aos exportadores dos valores pagos sobre os insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação, a título de recolhimentos aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), foi aprovada ontem pelo Congresso Nacional. A medida terá efeitos a partir do próximo ano, e segundo a expectativa de vários parlamentares que votaram a favor da matéria, entre eles o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), deverá causar reflexos positivos não somente na balança comercial, como também sobre o crescimento do emprego.

BOLSA

O Congresso aprovou também a medida provisória que institui o Programa Bolsa-Renda, para atendimento à população atingida pelos efeitos da estiagem na região do semi-árido. O programa, que será executado pelo Ministério da Integração Nacional, destinará às famílias carentes até R\$ 60 por mês.

Câmara contará com recursos para promoção institucional

O Congresso Nacional aprovou ontem substitutivo ao projeto da Câmara dos Deputados que destina àquela Casa suplementação orçamentária de R\$ 4,5 milhões. Os recursos destinam-se à realização de campanhas de natureza institucional que tenham como objetivo explicar o teor e a importância dos trabalhos parlamentares para toda a sociedade, e também para custear projetos de apoio aos trabalhos das comissões permanentes.

Líderes da oposição reunidos com o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), conseguiram reduzir o valor previsto na proposta original – de R\$ 8,5 milhões – e incluir também a realização de eventos de apoio aos trabalhos das comissões, como palestras, seminários e congressos.

Vários parlamentares, entre eles Marcondes Gadelha (PFL-PB), ressaltaram a importância de melhor divulgar o que se faz na Câmara, dado que a população em geral desconheceria seus trabalhos. “O povo conhece muito pouco a Câmara dos Deputados, e ninguém ama aquilo que não conhece”, disse o deputado paraibano, parafraseando São Tomás de Aquino.

Parlamentares oposicionistas, entre eles Miro Teixeira (PDT-RJ) e Walter Pinheiro (PT-BA), líderes dos seus partidos, preferiram destacar a importância dos recursos para apoiar as atividades das comissões.

Porto critica representação do MEC contra universidades mineiras

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) protestou ontem contra a representação do Ministério da Educação à Procuradoria Geral da República, que a levou a arguir junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a inconstitucionalidade da criação, na forma de autarquias, das universidades do

Estado de Minas Gerais (UEMG) e Estadual de Montes Claros (Unimontes). “Isso é motivo de intranquilidade para uma comunidade diretamente afetada de quase 50 mil pessoas”, assinalou o senador.

Para Arlindo Porto, independentemente dos aspectos formais, a medida demonstra profunda insensibilidade social e política. “Não pode o ministério ferir a autonomia do estado de Minas Gerais para criar suas universidades. São Paulo criou três universidades estaduais, entre as quais a Universidade de Campinas (Unicamp) e a Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), que prestam excelentes serviços. Minas está suprimindo o papel que é do governo federal”, afirmou.

O senador José Alencar (PMDB-



Arlindo Porto aponta “intranquilidade de quase 50 mil pessoas”

MG) sugeriu que a representação mineira no Senado tente levar o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, até a cidade de Montes Claros, para que ele conheça de perto o que está acontecendo e o trabalho desenvolvido pelas duas universidades. “Hoje, até o desenvolvimento da economia de Montes Claros se faz pelo desenvolvimento da rede escolar, especialmente da Unimontes”, acrescentou.

Apontando dados do censo universitário de 2000, Arlindo Porto disse que no final do ano passado mais de 1,5 milhão de alunos formou-se no segundo grau, contra 658 mil há 10 anos. Segundo ele, a demanda por curso superior está subindo em 20% ao ano e o governo federal não tem expandido a oferta de vagas. “O esforço dos estados deveria ser bem visto e não contido, pois 40% do ensino superior deve ficar nas mãos do estado e não de particulares, sob risco de comprometer o desenvolvimento da ciência e tecnologia”, explicou.

Canal do Sertão será obra estratégica, anuncia Calheiros

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou em Plenário ontem que o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, decidiu incluir o Canal do Sertão entre as obras estratégicas do Programa Avança Brasil. Ele explicou que, com isso, o canal terá prioridade entre os investimentos a serem realizados pelo governo federal.

O canal foi qualificado por Calheiros como “única alternativa para promover o desenvolvimento sustentado” do semi-árido e do agreste alagoanos. Ele informou que a obra, orçada em R\$ 200 milhões, beneficiará 700 mil pessoas nos 32 municípios cortados em seus 220 quilômetros de extensão. O canal poderá levar a irrigação a 116 mil hectares de terra e irá aumentar a oferta de água para populações urbanas e rurais, além de fornecer água para rebanhos e para a piscicultura.

– Será a redenção definitiva de



Renan Calheiros destacou importância da obra para Alagoas

Alagoas e de todos os alagoanos – afirmou o senador, dizendo anunciar “com prazer” a novidade.

Renan Calheiros disse que o ministro mostrou-se sensível aos argumentos apresentados por ele e pelo senador Teotônio Vilela (PSDB-AL). Ele ressaltou que a obra será de inquestionável importância para o estado, “não só por seu elevado alcance e possibilidades de desenvolvimento, mas pelo grande vulto financeiro envolvido”. Informou que a bancada alagoana conseguiu inserir no orçamento deste ano R\$ 12 milhões para retomada das obras, paralisadas há muitos anos.

O senador acrescentou que os recursos poderão ser ampliados. Informou que um maior aporte de verbas ainda este ano já foi motivo de conversa entre os parlamentares alagoanos e o ministro da Integração Nacional, o senador licenciado Ramez Tebet (PMDB-MS).

Comissão aprova mudanças no Código Florestal

O relatório apresentado à MP permite a redução dos índices obrigatórios de preservação ambiental. Mas a alteração não será convertida em lei se a emenda que restringe as medidas provisórias for promulgada antes de o texto ser votado pelo Congresso

A comissão mista responsável pela análise da medida provisória (MP) que altera o Código Florestal, estabelecendo novo padrão de exploração agropecuária na Amazônia, aprovou ontem o relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). O texto permite a estados e municípios a elaboração de zoneamento ecológico-econômico (ZEE), parâmetro para a utilização dos recursos naturais e a flexibilização dos índices de reserva de preservação obrigatória nas propriedades rurais – 80% na Amazônia Legal e 20% nas demais regiões. De acordo com o texto original da MP, apenas a União, baseada em estudos do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), poderá elaborar o ZEE.

Apesar de aprovado na comissão, o projeto de conversão de Micheletto não será votado no Plenário do Congresso e, portanto, não será transformado em lei. A promulgação da emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias deverá ocorrer antes da inclusão do projeto de conversão na pauta, tornando lei o texto original da MP. O governo constituiu comissão para estudar alterações no Código Florestal, composta pelo líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM),

pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, pelo próprio Micheletto e pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que presidiu a comissão mista.

Jonas Pinheiro disse que essa é a primeira iniciativa séria do governo para discutir o assunto. Ele informou que, com a aprovação do relatório, inicia-se um processo de debate que deverá levar a um texto de consenso.

A senadora Marina Silva (PT-AC), apesar de se opor ao relatório de Micheletto, disse que o trabalho do deputado deve servir de base de negociação para que se chegue a um consenso sobre o assunto. A senadora criticou os que defendem a diminuição dos índices de reserva legal. “Não podemos adotar um modelo retrógrado que pensa o desenvolvimento como destruição da Amazônia”, afirmou.

Defensor do relatório, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse que o setor produtivo da Região Norte é o maior interessado na preservação ambiental. Ele cita como exemplo o zoneamento ecológico-econômico realizado em Rondônia, que mantém intactos 70% da floresta no estado. “Será que não estamos fazendo o nosso papel?”, questionou. Moreira Mendes reclamou



Moreira Mendes e Jonas Pinheiro, ao lado do deputado Moacir Micheletto, durante discussão da proposta

do tratamento dado pelos meios de comunicação aos produtores rurais, apontados, segundo ele, como “meros devastadores da natureza”.

A comissão aprovou emenda que, na prática, cria exceção para a regra que obriga a manutenção de 80% de reserva nas propriedades na Amazônia Legal. Pela emen-

da, os proprietários que tenham adquirido terras até 28 de maio de 2000 terão de manter reservas legais de 50%. Moreira Mendes alega que esses produtores iniciaram suas atividades regidos por outras regras e que a MP precisa respeitar o direito adquirido.

PROTESTO

A votação do relatório foi in-

terrompida por duas ativistas do Greenpeace que se algemaram às cadeiras da tribuna da comissão em protesto contra o relatório de Micheletto. A manifestação forçou a mudança da reunião para outra sala. Minutos depois, as próprias manifestantes abriram as algemas e foram autuadas por perturbação da ordem pública.

	Projeto Micheletto	MP 2.166-66
Reserva legal	Reduz o percentual de reserva legal no cerrado amazônico para 20%, independentemente da constatação da aptidão agrícola. Não estabelece um limite mínimo para a redução da reserva legal mediante o zoneamento ecológico-econômico	Define o percentual de reserva legal no cerrado amazônico em 35%. Estabelece o limite mínimo de 50% para a redução da reserva legal mediante o zoneamento ecológico-econômico
Zoneamento ecológico-econômico	O zoneamento pode ser realizado por estados e municípios	O zoneamento deve ser elaborado com critérios a serem definidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), ouvido o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento
Recuperação das reservas	Dispensa da obrigatoriedade de recuperação (ou compensação) de reserva legal para os proprietários que desbravaram total ou parcialmente sua propriedade	Os proprietários estão obrigados a recuperar a vegetação da reserva legal até o percentual mínimo exigido para sua região, incluindo os pequenos produtores, como condição de sua manutenção na terra a médio e longo prazos
Compensação	Permite a compensação da reserva legal inclusive em outro estado	Não permite a compensação da reserva legal

Marina: mudanças favorecem destruição de reserva florestal

A senadora Marina Silva (PT-AC) criticou o projeto de conversão à medida provisória (MP) que altera o Código Florestal. O texto, de autoria do deputado Moacir Micheletto, segundo Marina, não atende ao interesse dos agricultores familiares e dos ambientalistas. Na avaliação da senadora, o projeto facilita a expansão da fronteira agrícola na Amazônia conforme o modelo adotado nos anos 70. “A proposta para o cerrado e o restante do país segue a mesma lógica daquele processo de ocupação que destruiu 93% da Mata Atlântica, sem resolver as carências sociais e econômicas da maioria da população”, disse.

Além disso, sustenta Marina, o



Para Marina, relatório provoca “sério impacto fiscal nos cofres públicos”

relatório provoca “sério impacto fiscal” nos cofres públicos, “ao conceber as obrigações legais dos proprietários como bens a serem trocados por bonificações”. Outro problema, apontou a senadora, é o dispositivo que condiciona os projetos de reforma

agrária à indicação de zoneamento ecológico-econômico (ZEE). “Com a medida, paralisaríamos o processo de reforma agrária, que é a única válvula de escape para os problemas sociais.”

Marina disse que o texto põe em risco os ecossistemas brasileiros, em especial a Mata Atlântica. O relatório, afirmou, dispensa a recomposição da reserva legal para as pequenas propriedades rurais.



Dalide Alves Corrêa, senador Antonio Carlos Júnior e Henrique Costabile durante o depoimento dos diretores da Caixa na comissão

Diretores da CEF rebatem denúncias de propina

“Um caso patético de injustiça”, foi como o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), sintetizou as denúncias formuladas contra dois diretores da Caixa Econômica Federal (CEF), acusados de terem pedido propinas no valor de R\$ 8,9 milhões a fim de liberar cerca de R\$ 58 milhões em favor da Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada para pôr fim a uma ação que já dura 15 anos. Os diretores prestaram depoimento ontem à CFC, que é presidida por Suassuna.

Os autores da denúncia são o empresário Milton Gatti e o advogado Gerardo Gualberto de Queiroz — este chegou a registrar num cartório de Brasília a acusação de que os diretores da CEF Henrique Costabile e Dalide Alves Corrêa teriam pedido propina para liberar os recursos para a cooperativa. Os dois diretores da Caixa negaram a intenção de receber qualquer propina. Para eles, os denunciadores não lutam pelos interesses dos garimpeiros de Serra Pelada, e sim em causa própria, pois são credores da cooperativa.

Os diretores acrescentaram que o caso da cooperativa dos garimpeiros de Serra Pelada vem se ar-

rastando desde 1986, quando o Banco Central repassou à CEF o controle das chamadas “sobras” do garimpo, envolvendo toneladas de minérios, como paládio, ouro e prata. Foi então que os garimpeiros entraram na Justiça para reaver o dinheiro dos minérios, via cooperativa.

— Estamos sendo acusados por apenas tentar preservar o patrimônio da Caixa Econômica Federal — disse Henrique Costabile, admitindo, entretanto, que a CEF poderá fazer um acordo para liberar os R\$ 58 milhões, a serem pagos não em dinheiro, mas em obras para os cooperados, como, por exemplo, a construção de um hospital ou uma escola profissionalizante. Para o diretor da Caixa, nem os denunciadores, nem o advogado deles, Sérgio Frazão do Couto, “têm direito a receber um centavo sequer da CEF”.

Após os depoimentos, Suassuna concluiu que não houve lesão ao erário público por parte dos diretores. “Pelo contrário, a Caixa zelou pelo interesse público e os diretores estão sendo acusados tendo por base apenas documentos duvidosos, vindos de pessoas que tiveram interesses contrariados”, observou o senador.

Comissão discute com Codesp problemas do Porto de Santos

Em depoimento prestado em audiência pública da Comissão de Fiscalização e Controle, ontem, o presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Fernando Lima Barbosa Vianna, afirmou que, apesar de nos últimos meses o porto vir batendo seguidos recordes de produção e registrando o maior movimento de sua história, “ainda apresenta problemas, sobretudo com relação às suas tarifas e com os contratos dos aluguéis dos armazéns, e precisa ser modernizado”. A audiência foi realizada para debater informações publica-

das pela revista *Veja* e pelo jornal *Gazeta Mercantil* sobre a eficiência e a eficácia do Porto de Santos.

O presidente da Codesp disse que o Porto de Santos é um dos principais do país porque por ele passam 25% de toda a balança comercial do Brasil, equivalentes a cerca de US\$ 30 bilhões anuais, de um total de US\$ 110 bilhões. Ele explicou que o complexo portuário de Santos tem mais de 100 anos de idade e precisa mudar seus métodos operacionais, adequando-os aos tempos modernos e investindo em mais tecnologia.

CMO quer explicações sobre compra de computadores

Presidente da Anatel será convocado para justificar o edital que prevê a aquisição de 290 mil unidades com recursos do Fust

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) decidiu, na noite de terça-feira, convocar o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro, para que dê explicações sobre o edital destinado à compra de até 290 mil computadores até o final de 2003, os quais serão instalados em 13,5 mil escolas de ensino médio de todo o país e ligados à Internet.

A convocação foi defendida por partidos de oposição, com apoio do PFL e do PMDB, depois que o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) sustentou, com veemência, que o edital fere a legislação, pois só poderão vender os computadores à Anatel as grandes empresas de telefonia fixa existentes no país — Brasil Telecom, Telemar, Telefônica e CTBC, além da Embratel.

— Elas não são fabricantes de computadores. Por que só elas podem entrar nessa licitação bilionária? — questionou Miranda.

A compra será feita para o Ministério da Educação, encarregado de executar o programa Telecomunidade Educação, de informatização das escolas. Ao todo, o programa consumirá mais de R\$ 1 bilhão do total de R\$ 2,6 bilhões que o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) arrecadará até o final de 2003. O objetivo do Telecomunidade é instalar um computador para cada 25 alunos de en-



Edital da Anatel para compra de 290 mil computadores gerou críticas e debates na Comissão Mista de Orçamento

sino médio, em todo o país; todos os computadores ligados à Internet. A comunidade poderá usá-los nos horários em que não houver aulas.

O deputado Sérgio Miranda conseguiu na Justiça, na semana passada, uma liminar suspendendo a licitação, argumentando que o gasto não constava do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) e, por isso, a compra dos computadores não poderia ser feita. Além disso, Miranda questiona as razões do governo para fazer uma licitação tão grande na qual pode concorrer menos de meia dúzia de empresas.

Para resolver o problema, o governo apressou a votação de um acréscimo ao PPA na Comissão Mista de Orçamento, incluindo o programa dos computadores entre os beneficiários dos recursos do Fust. O projeto foi aprovado na noite de terça-feira, em reunião presidida

pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), faltando alguns destaques, o que deve ser feito até o início da próxima semana. Depois de votados os destaques, a mudança do PPA será votada pelo Plenário do Congresso.

A inclusão do programa no PPA, no entanto, não deve ser o último capítulo desse assunto. Partidos de oposição questionam não apenas o lançamento do edital antes da inclusão do programa no PPA; querem explicações detalhadas do governo também sobre o direcionamento da licitação às companhias telefônicas e as razões da escolha do Windows, da empresa norte-americana Microsoft, como programa básico dos computadores. Para os deputados opositoristas, a decisão deixa de fora vários programas de computadores também considerados importantes.

Bezerra propõe ampliar uso de certificado da dívida pública

Projeto de lei apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) prevê a utilização de certificados da dívida pública, pelos contribuintes adimplentes, no pagamento de débitos previdenciários vincendos e futuros com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A matéria está tramitando em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com a justificativa do projeto, o governo federal oferece aos devedores inadimplentes do INSS a possibilidade de utilização de certificados da dívida pública para a compensação de créditos e débitos. Essa facilidade excepcional, segundo Carlos Bezerra, pode perfeitamente ser estendida aos contribuintes adimplentes. “Nesse caso,

eles poderiam utilizar esse crédito para o pagamento de contribuições vincendas e futuras”, destaca.

O senador diz que, utilizando os certificados, as empresas podem planejar melhor os pagamentos, formar reservas e também precaver-se contra reduções bruscas no faturamento e contra os efeitos da instabilidade financeira. Afirmar também que as relações trabalhistas serão beneficiadas com o controle e a administração dos encargos previdenciários, com reflexos positivos na manutenção dos empregos.

Ainda segundo Carlos Bezerra, mesmo com as dificuldades financeiras e econômicas enfrentadas pelo país é preciso valorizar o bom contribuinte. O projeto prevê limites para essa “cultura da renegocia-



Bezerra quer garantir para empresas adimplentes facilidades dadas às que estão em débito com a Previdência “ção”, que oferece de forma regular facilidades para os inadimplentes. De acordo com a matéria, a concessão do mesmo benefício aos contribuintes adimplentes pode evitar que eles venham a tornar-se inadimplentes por imprevidência ou pela imprevisão dos fatores econômicos.

— É inegável que a justiça e a equidade tributárias somente serão alcançadas com tratamento crescentemente igualitário aos contribuintes — sustenta Carlos Bezerra.

Simon quer evitar violência em encontro do PMDB

O senador pediu aos participantes da convenção do partido, marcada para domingo no Plenário da Câmara, que evitem agressões ocorridas no encontro de 1997 e impeçam que “grupos partam para a anarquia”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou preocupação diante de notícias veiculadas pela imprensa de que a convenção nacional do PMDB “será uma carnificina, uma luta campal entre os partidários das várias teses”. O encontro será domingo, dia 9, no Plenário da Câmara dos Deputados.

– Leio que milhares de manifestantes virão dispostos a defender suas idéias com violência. Quero fazer um apelo a todos os participantes: sejam dignos da grandeza de nosso passado, para construirmos um futuro igualmente glorioso.

Simon disse que todos precisam se empenhar para que os fatos ocorridos na convenção de 1997 não se repitam.

– Tal foi a violência e a confusão do encontro que foi possível vetar a candidatura Itamar Franco, mas sequer se conseguiu aprovar o apoio à candidatura de



Pedro Simon: que “os peemedebistas sejam dignos da grandeza do passado”

Fernando Henrique. Desta vez, vamos impedir que grupelhos partam para a anarquia – disse o senador, que louvou a biografia dos dois candidatos à presidência do PMDB, o senador Maguito Vilela (GO) e o deputado Michel Temer (SP).

Simon manifestou-se contrário à decisão da Executiva do partido de marcar, para o dia 20 de

janeiro, as prévias para escolha do candidato à Presidência da República. Simon argumentou que o presidente Fernando Henrique já indicou o dia 31 de dezembro como data limite para que ministros que desejem se candidatar nas eleições de 2002 saiam do governo. Diante disso, observou, a decisão do PMDB de se afastar do governo, escolhendo candidato próprio, perderá o impacto que poderia haver caso a data fosse 15 de outubro.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que todos têm responsabilidade de garantir uma convenção democrática. Segundo o senador José Alencar (PMDB-MG), “todos estarão lá para levar o partido a um novo rumo”. Maguito garantiu, como presidente, que providências estão sendo tomadas para assegurar “uma convenção civilizada e democrática”.

Requião apresentará moção contra governo

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) leu ontem em Plenário documento que apresentará em forma de moção na convenção nacional do PMDB, no próximo domingo, responsabilizando o presidente Fernando Henrique Cardoso por fatos que, segundo ele, “atentam contra a sobrevivência da República, a soberania nacional e a segurança do estado de direito”. O texto, explicou, foi elaborado em conjunto com o ex-presidente do partido Paes de Andrade.

Entre os fatos enumerados está “a determinação do presidente” ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para que repassasse verbas orçamentárias, “a toque de caixa”, para os ministérios dos Transportes e da Integração Nacional “a fim de atender interesses de parlamentares com direito a voto na convenção nacional”. Requião afirma que o repasse, em um só dia, foi maior do que todos os recursos liberados nos meses anteriores do ano.

O uso dos recursos, afirma Requião, visa favorecer a candidatura do deputado Michel Temer à presidência do PMDB, e assim impedir que o partido apresente candidato próprio à sucessão presidencial. Isso permitiria, segun-

do o senador, o uso da presença do partido em todo o território nacional, além de seus recursos e tempo na propaganda eleitoral, para a eleição do candidato do governo e “a continuação da nefasta política econômica que impediu o Brasil de crescer”.

O documento enumera, ainda, fatos que, segundo o senador, confirmam “a política de traição nacional” do governo de Fernando Henrique. É o caso, disse, da multiplicação da dívida pública, que passou de US\$ 63 bilhões para US\$ 600 bilhões; a menor taxa de desenvolvimento econômico anual desde Prudente de Moraes (1894-1898); os mais altos índices de violência urbana e rural dos últimos cem anos; a privatização dos ativos estatais mediante o uso



Roberto Requião enumera no documento fatos que “atentam contra a soberania nacional”

de recursos públicos “emprestados” aos compradores com juros facilitados; e o desmantelamento do setor de energia elétrica.

Requião cita, também, no documento o incentivo à corrupção “mediante o silêncio oficial” em relação a crimes contra o erário; “a convivência do governo” com irregularidades cometidas por alguns ministérios; o impedimento da constituição de comissões de inquérito para investigar denúncias contra o Executivo; o acordo com o governo norte-americano para uso da Base de Alcântara, que “aluga a soberania nacional”; a violação do pacto federativo, mediante a concentração de recursos na União; e “a promiscuidade das autoridades com os interesses privados”.

O senador manifesta a certeza de que o partido se recusará a se “manter atrelado” ao um governo que “se submete ao estrangeiro, impede o desenvolvimento econômico, persegue os servidores, avilta os poderes Legislativo e Judiciário e ofende a dignidade dos cidadãos”.

– O PMDB terá que dizer se é o partido do povo brasileiro ou se é um partido capaz de entregar a legenda em troca de favores, cargos públicos ou emendas orçamentárias – disse Requião.

Mauro alerta para pressões do Planalto sobre peemedebistas

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) manifestou preocupação com denúncias de que estaria havendo “uma frenética movimentação de bastidores”, por parte de peemedebistas alinhados ao Palácio do Planalto, para frustrar uma “posição partidária



Para Mauro Miranda, é inconcebível interferência do presidente da República

independente” na convenção nacional do partido no próximo domingo.

Mauro Miranda, para quem “é inconcebível que o presidente da República fomenta o esmagamento do direito inalienável” de o maior partido brasileiro buscar candidatura própria, disse que a nação espera que o presidente Fernando Henrique desautorize a “manobra”.

De acordo com o senador, na convenção vão se defrontar duas visões acerca do melhor rumo a ser tomado pelo PMDB quanto às eleições do ano que vem. A visão com que concorda, frisou, está corporificada na candidatura do senador Maguito Vilela (GO) à presidência nacional do partido, por ele estar ligado ao “compromisso com a ética e o combate à corrupção”.

– O PMDB sabe que a afeição da sociedade pela democracia continuará ameaçada enquanto 50% dos brasileiros mais pobres tiverem apenas 14% da renda nacional, quase a mesma parcela concentrada nas mãos do 1% mais rico da população – afirmou.

Álvaro Dias reafirma coerência com o programa do PSDB

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem a coerência de suas posições em relação ao compromisso inicial do PSDB, expresso no manifesto e programa do partido. Ele disse que não pôde deixar de dar apoio à CPI da Corrupção, atendendo “a forte aspiração da



Álvaro Dias assinou a CPI da Corrupção atendendo a “forte aspiração popular”

população”, que quer ver “uma atitude firme dos líderes políticos no combate à imoralidade, à corrupção e ao ranço fisiológico”.

– Quando ingressei no PSDB, o fiz na convicção de estar entrando num partido que assumia a democracia como valor fundamental, aliado a um desenvolvimento com justiça social. Um partido cujo compromisso firme com a ética e a moralidade abria uma senda de esperança para o futuro desta nação – afirmou.

O senador lembrou que o PSDB, ao ser criado, representava um projeto de utopia possível, capaz

de imprimir uma feição moderna, democrática, solidária e justa ao país. O manifesto partidário tomava como ponto de partida “a situação de um povo frustrado e angustiado com o fisiologismo político e com a corrupção impune”. Esse apelo, disse, vinha ao encontro de suas convicções. Álvaro Dias considera que a transparência e a honestidade devem pautar, acima de tudo, a vida concreta de cada homem público.

Na opinião de Álvaro, o governo Fernando Henrique não pode se colocar acima do bem e do mal, agindo como se “a enxurrada de denúncias” mantidas sem explicação não tivesse nada a ver com ele.

– A crise financeira, agravada pela crise energética, colocou a nu as fraquezas de um governo que se perde pela auto-suficiência e arrogância.

Eduardo resalta campanha no TO contra a doença de Chagas

O governo do Tocantins tem se esforçado no sentido de aprimorar os serviços de saúde prestados à população e está obtendo resultados positivos em alguns setores. A informação é do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que destacou as campanhas para combater a doença de Chagas e o tabagismo.

Eduardo relatou que a Secretaria de Saúde está trabalhando para obter o certificado, junto ao Ministério da Saúde, de zona livre da doença de Chagas. Para isso, está promovendo inquérito sorológico e pesquisa em 52 municípios sobre os lugares de incidência do inseto, o barbeiro, que transmite o mal.

O senador disse que, no Tocantins, particularmente na região sudeste do estado, ainda existem focos de infecção, com aproximadamente cinco mil casos de contaminação. Nesses locais, acrescentou, estão sendo intensificadas a vigilância e a aten-

ção médica aos infectados para erradicar a doença na região.

Quanto ao combate do tabagismo, Eduardo disse que a campanha está focada na conscientização dos jovens para o risco do vício, que, observou, é o terceiro fator de mortes em todo o mundo. O Tocantins, informou, tem uma previsão de quatrocentos novos casos anuais de câncer provocado pelo fumo.

O senador anunciou também que serão desenvolvidas anualmente três campanhas antitabagismo no Tocantins. A destinada aos jovens denomina-se Esporte sem Cigarro é Radical.

Eduardo destacou ainda a campanha da secretaria para promover a inclusão social dos portadores de deficiências física ou mental, com o apoio da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) do estado. A idéia é estimular o cumprimento do ordenamento jurídico e constitucional.

João Alberto propõe espaços de lazer no combate à violência

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) cobrou do governo federal a construção de espaços comunitários destinados a atividades de lazer e esportes como forma de reduzir a violência no país. Ele lembrou que o governo conseguiu colocar 96% das crianças de sete



João Alberto: dados mostram que iniciativa reduz violência entre jovens

a 14 anos na escola, acrescentando que, depois disso, nada poderia ser "mais alvissareiro" para o Brasil do que a implementação das áreas comunitárias.

— De acordo com estudo efetuado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a falta desses espaços é terreno fértil para a raiz da violência que irá explodir na juventude — argumentou.

Citando as palavras do jornalista Márcio Moreira Alves, o senador João Alberto afirmou que o poder público deve multiplicar os espaços coletivos, tanto culturais quanto esportivos, "vergonhosamente raros no país inteiro".

João Alberto também se repor-

tou a documento da IV Conferência Ministerial dos Países mais Populosos do Mundo, realizada em Pequim sob o patrocínio da Unesco, que relaciona várias iniciativas destinadas a conter o aumento da marginalidade, principalmente

O estabelecimento de redes de acompanhamento dos jovens envolvidos em programas de formação e a criação e ampliação de programas de formação profissional fazem parte das recomendações da Unesco, além do desenvolvimento de atividades que favoreçam a integração entre as famílias, educadores, políticos e jovens e do incentivo a programas no campo da educação a distância, a exemplo do Telecurso 2000.

João Alberto também criticou a globalização. Segundo ele, apesar da defesa do livre mercado mundial, que pressupõe a igualdade entre os países, o neoliberalismo, na prática, estabelece mecanismos que garantem o "domínio férreo do mais poderoso sobre o mais fraco", e por isso "tornou-se calbástico para os jovens".

CAS aprova atendimento domiciliar pela saúde pública

Conforme projeto, que vai ainda a Plenário, o SUS poderá oferecer a paciente em casa cuidados médicos, fisioterapêuticos e de enfermagem

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) favorável a projeto de lei da Câmara que estabelece o atendimento e a internação domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o relator, a medida é oportuna e, além de reduzir despesas públicas, permitirá que "o doente seja atendido próximo ao carinho da família". O projeto, que será ainda examinado pelo Plenário do Senado, determina que o atendimento domiciliar inclua procedimentos médicos, fisioterapêuticos, psicológicos, de enfermagem e de assistência social. A prática será adotada apenas com a concordância do paciente e da família.

PLANOS DE SAÚDE

Foram aprovados também requerimentos apresentados por Geraldo Althoff sustando o exame de dois projetos que alteram a legislação referente aos planos de saúde. O primeiro, de autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), veda aos planos de



Geraldo Althoff, relator da proposta, considera que a medida irá reduzir despesas públicas

saúde o direito de fazer testes genéticos para a detecção prévia de doenças. O segundo, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), inclui na cobertura dos planos sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional.

Geraldo Althoff explicou que, durante o Simpósio sobre Saúde Suplementar realizado pela CAS nos dias 27 e 28 de agosto, foi instituído grupo de trabalho para estudar mudanças na legislação re-

lativa aos planos de saúde. O grupo será coordenado pela CAS, Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, Conselho Nacional de Saúde e Agência Nacional de Saúde Suplementar. A idéia é que as propostas referentes aos planos de saúde sejam primeiro examinadas pelo grupo, e só então votadas na comissão.

De acordo com Juvêncio da Fonseca, será realizado estudo global antes de serem votadas iniciativas isoladas modificando as leis que regem os planos de saúde. "Vamos esperar para ver se o conjunto das normas a serem editadas pelo grupo de trabalho alcançaram os pontos principais dos projetos", afirmou.

Os outros itens da pauta da CAS tiveram suas votações adiadas. Para garantir o bom ritmo de trabalho que mantém a pauta da CAS em dia, o presidente da comissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP), pediu o comparecimento dos membros do colegiado no novo horário de reunião, 14h de quarta-feira.

Viana defende campanha contra fibrose cística

A instituição, pelo Ministério da Saúde, do Dia da Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística, a ser celebrado em 5 de setembro, foi considerada ontem pelo senador Tião Viana (PT-AC) medida saudável, que pode resultar no aumento do índice de diagnósticos precoces da doença. Ele informou que, a cada ano, cerca de mil crianças nascem com a doença no Brasil, e o país, com a atual estrutura de atendimento médico que possui, só tem condições de realizar o diagnóstico de 5% dos casos.

— Isso é uma agressão ao direito à integração, à inclusão, à qualidade de vida que têm as crianças que nascem no Brasil — afirmou.

Segundo o senador, a prevenção da fibrose cística pode ser feita por meio do diagnóstico precoce com o teste do pezinho, ampliado, e da detecção dos níveis de cloreto de sódio no suor



Tião Viana informou que o Brasil só consegue diagnosticar 5% dos casos

do paciente.

O diagnóstico precoce propiciará melhor qualidade de vida às crianças portadoras da síndrome, afirmou o senador. Ele explicou que a doença pode provocar a completa destruição da árvore pulmonar, incidência de repetidas infecções dos pulmões e insuficiência respiratória grave.

Romero Jucá elogia atuação da Embrapa

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que classificou de competente, laboriosa e produtora de resultados de excelência. Em 28 anos de serviço, destacou, a Embrapa provocou "uma verdadeira revolução na agricultura brasileira". Jucá afirmou que a prioridade da empresa sempre foi enviar pesquisadores para cursos de mestrado e doutorado nas

melhores universidades nacionais e estrangeiras.

— É lamentável que nossos órgãos de pesquisa e fomento não tenham a mesma visão estratégica da Embrapa. Os recursos para bolsas de estudo no exterior vêm minguando a passos largos.

O senador disse que, graças ao trabalho da Embrapa, a produção agrícola brasileira, nas duas últimas décadas, passou de 35 milhões de toneladas de grãos para

mais de 80 milhões. Ele citou relatório das atividades da empresa referente ao ano passado, que apresenta, entre outras inovações, a pesquisa para produção de bioinseticida contra o mosquito da dengue e a criação da máquina abanadora para feijão acionada por motor elétrico, a trilhadora estacionária para arroz com motor a gasolina e o medidor computadorizado do teor de clorofila nas plantas.



Segundo Ornélas, o rio passa por uma grave degradação ambiental, por causa do assoreamento

Ornélas cobra medidas urgentes para recuperação do "Velho Chico"

Ele propôs a criação de uma comissão especial do Senado para avaliar e acompanhar projeto de revitalização do Rio São Francisco

A criação de uma comissão especial da Casa para avaliar e acompanhar o projeto de recuperação do Rio São Francisco foi proposta ontem pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA). Lembrando que no dia 4 de outubro faz 500 anos que o "Velho Chico" foi descoberto, ele disse que, agora, a natureza está precisando da ajuda do homem.

Ornélas observou que o rio passa por uma grave degradação ambiental por causa do assoreamento do seu leito, e alertou para o perigo da crença de que as chuvas vão resolver o problema. Se-



Waldeck Ornélas alertou ainda para crise da fruticultura na região

gundo o senador, é preciso adotar medidas urgentes e inadiáveis, como o controle da situação na borda do lago de Sobradinho, muito utilizado pela agricultura irrigada; o emprego dos recursos do Proágua nas ações de recuperação; a dragagem do canal de navegação e o aumento das linhas de transmissão de energia elétrica do Norte para o Nordeste, especialmente das usinas de Serra da Mesa e de Tucuruí.

O senador também alertou para os problemas que estão ocorrendo no setor de fruticultura do pólo Petrolina-Juazeiro, devido ao ra-

cionamento de energia. A meta de redução do consumo em 10%, com base em maio do ano passado, um período de menor produção e de muita chuva, está trazendo dificuldades para os produtores, que reduziram de 18 para 12 horas o tempo de bombeamento de água, informou. A consequência disso, alertou, é que as frutas não estão alcançando a qualidade exigida para o mercado externo.

O senador José Alencar (PMDB-MG) solidarizou-se com Waldeck Ornélas e disse que é um erro fazer a medição do consumo de energia em épocas diferentes das de pico da produção. "É preciso comparar épocas iguais, principalmente em atividades sazonais como a agricultura", afirmou.

Suassuna quer alterar normas sobre concessão de água

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou sua apreensão com o projeto de lei que estabelece novas normas para a concessão de serviços de água e de esgoto em todo o país, atualmente tramitando na Câmara dos Deputados. De acordo com Suassuna, a proposição – que vem sendo chamada de "projeto Adolfo Marinho" – vai dar muito trabalho aos senadores, devido à forma como a questão vem sendo encaminhada pelos deputados. Ele pediu

que os senadores tentem influenciar os deputados para que alterem a proposta em exame.

O parlamentar explicou que a proposta cria o conceito de "gestão compartilhada", pelo qual o estado passa a ser um sócio minoritário na companhia de saneamento. Para Suassuna, isso irá gerar "uma celeuma tremenda na área de água e esgoto":



Suassuna: pelo projeto da Câmara, estado se torna sócio minoritário

– O projeto tira a responsabilidade pelo abastecimento de água e recolhimento do esgoto do estado e passa para o município. Em meu estado, a maioria das prefeituras não tem condição sequer de operar – afirmou o senador.

De acordo com o senador, as novas empresas não terão investimentos, porque o estado passará a ser sócio minoritário.



Acompanhado de Edison Lobão, António Guterres cumprimenta os senadores...



...depois, conversa com Lobão sobre as relações entre Brasil e Portugal...



...e, ao final do encontro, Lobão acompanha o visitante até a saída do Senado

Primeiro-ministro português presta homenagem ao Senado

O primeiro-ministro de Portugal, António Guterres, disse ontem, ao ser recebido no Salão Nobre do Senado pelo presidente interino, Edison Lobão (PFL-MA), que incluiu a visita na agenda da viagem oficial que faz ao Brasil com o objetivo de prestar homenagem à Casa: "O motivo da visita é a homenagem que quero prestar ao Senado e também à Câmara, que são o santuário da demo-

cracia. O que caracteriza as democracias é, em grande medida, o trabalho realizado pelos órgãos legislativos eleitos pelo povo e por seus representantes, e eu fui, durante muitos anos, membro do Parlamento português".

Guterres veio a Brasília para presidir, ao lado do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a V Cimeira Bilateral Brasil-Portugal.